



**Universidade de Brasília  
Faculdade de Ciência da Informação  
Curso de Graduação em Biblioteconomia**

Cristiane Marques Nogueira

## **Análise da Linguagem Documentária Utilizada em Órgãos Governamentais**

Brasília  
2012



**Universidade de Brasília  
Faculdade de Ciência da Informação  
Curso de Graduação em Biblioteconomia**

## **Análise da Linguagem Documentária Utilizada em Órgãos Governamentais**

**Cristiane Marques Nogueira**

08/26898

Trabalho apresentado a Faculdade de Ciência da Informação da  
Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do  
título de bacharel em Biblioteconomia.

**Orientadora: Ilza Leite Lopes**

Brasília

2012

Dedico a presente obra aos meus pais que me incentivaram e apoiaram durante toda a minha vida e a professora Ilza que se prontificou a me dar suporte em todos os momentos em que precisei.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus que nunca me abandonou e me deu forças para continuar a caminhada mesmo quando eu acreditava que não poderia dar mais nem um passo.

Agradeço também aos meus pais por todo o amor e carinho e, sobretudo, por sua compreensão, mesmo quando as perspectivas não pareciam otimistas.

Especial agradecimento à professora Ilza, grande incentivadora do presente trabalho. Pela sua infinita paciência e carinho e por nunca desistir de mim. Por ter me ajudado a me encontrar quando eu estava completamente perdida.

Deixo meu especial agradecimento ao Reginaldo, secretário da FCI, que se mostrou disposto e disponível para ajudar sempre e da forma que lhe era possível!

Obrigada aos poucos amigos que me incentivaram e permaneceram ao meu lado mesmo quando essa, não era tarefa das mais agradáveis.

Mas os que esperam no Senhor renovam as suas forças, sobem com asas como águias, correm e não se cansam, caminham e não se fatigam.

Isaías 40:31

## **Resumo**

O presente estudo analisa as linguagens documentárias utilizadas em órgãos governamentais situadas no Distrito Federal. Para realização do estudo os seguintes órgãos governamentais foram analisados: Tribunal de Contas da União (TCU), Biblioteca Central / Universidade de Brasília (BCE/UnB), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Eletrobrás – Eletronorte.

Com o objetivo de examinar essas linguagens documentárias são apresentadas suas características conceituais tentando identificar as políticas de indexação utilizadas para a organização de informação nos órgãos governamentais analisados.

Palavras-chaves: Recuperação da informação. Linguagem documentária. Linguagem natural. Linguagem controlada. Terminologia. Indexação.

## **Abstract**

The present study analyzes the documentary language used in government agencies located in the Federal District. To conduct the study the following government agencies were analyzed: the Court of Audit (TCU), Central Library / University of Brasilia (ECB /UNB), Brazilian Institute of Environment and Natural Renewable Resources (IBAMA), Ministry of Foreign Affairs (MRE) and Eletrobrás - Eletronorte.

In order to examine such documentary language characteristics are shown trying to identify the conceptual indexing policies used for the organization of information in government agencies analyzed.

**Keywords:** Information retrieval. Documentary language. Natural language. Controlled language. Terminology. Indexing.

## Lista de Tabelas

Tabela 1	Bibliotecas especializadas: características	18
Tabela 2	Bibliotecas especializadas: características	18
Tabela 3	Vantagens e desvantagens do uso da linguagem natural	23
Tabela 4	Vantagens e desvantagens do uso de linguagem controlada	25
Tabela 5	Indexação pré-coordenada e pós-coordenada	29
Tabela 6	Linguagem documentária utilizada	46
Tabela 7	Data de criação da linguagem documentária	46
Tabela 8	Atualização da linguagem documentária	47
Tabela 9	Número de indexadores/bibliotecários	47
Tabela 10	Número de indexadores/estagiários	48
Tabela 11	Suporte de informação	48
Tabela 12	Número de documentos indexados	49
Tabela 13	Política de indexação	49



## **Sumário**

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Justificativa	12
1.2	Objetivos	13
1.2.1	Objetivo Geral	13
1.2.2	Objetivos Específicos	13
2	REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1	Bibliotecas Especializadas	14
2.1.1	Bibliotecas Especializadas: Conceitos	16
2.1.2	Bibliotecas Especializadas: Funções	17
2.1.3	Bibliotecas Especializadas: Características	18
2.2	Linguagem	19
2.3	Linguagem Natural	21
2.4	Linguagem Controlada	23
2.4.1	Linguagens Documentárias	25
2.4.2	Conceito	30
2.4.3	Descrição de Conteúdo	32
2.4.4	Análise Documentária	33
2.4.5	Cabeçalhos de Assunto	34
2.4.6	Lista de Descritores	36
2.4.7	Vocabulário Controlado	36
2.4.8	Tesouro	38
2.5	Terminologia: Conceito	40
2.5.1	Terminologia: Funções	42
2.5.2	Terminologia: Características	42
2.5.3	Terminologia Aplicada às Linguagens Documentárias	43
3	METODOLOGIA	45
4	ANÁLISE DE DADOS	46
5	CONCLUSÕES	51
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
	ANEXO	58

## 1. Introdução

O presente estudo teve por objetivo investigar o uso das linguagens documentárias utilizadas nas bibliotecas de órgãos governamentais localizadas no Distrito Federal.

Segundo Barthes (1971):

[...] assim, a linguagem é a estrutura através da qual o homem explica o mundo. Essa linguagem é ao mesmo tempo estática e dinâmica. A língua atua como elemento principal na comunicação social. A palavra é uma experiência cultural do falante de cada língua, que interpenetra os muitos campos do conhecimento. (BARTHES, 1971).

No contexto de organização e recuperação da informação, as linguagens documentárias são os instrumentos utilizados para representar o conteúdo temático de cada documento que constitui um sistema de informação.

Com o objetivo de conservar o conhecimento conquistado pela sociedade o mesmo é registrado em determinado suporte (livro, imagem, disco, DVD, etc.). O conhecimento científico é real porque lida com as experiências ou fatos (TRUJILLO, 1974, 1974 p. 14). Atualmente o número de pesquisas e descobertas científicas aumenta consideravelmente, não sendo possível medir a quantidade exata. A exigência de especialização é uma tendência assim como o rápido descarte de informações.

É de conhecimento público que aquele que detém a informação detém também o poder. Desde antes de a Roma antiga se tornar o império que foi a elite se utiliza da informação como meio de controle da massa. No Brasil, o modelo de governo não é diferente. Desta forma, o sistema informacional é resultado do sistema político-social em vigência, que termina por beneficiar uma minoria em detrimento da maioria. É nossa obrigação como profissionais da informação, lutarmos para que a disseminação da informação deixe de ser apenas uma idéia e alcance também aqueles que são menos favorecidos. Isso só se tornará realidade quando o devido valor for dado ao tratamento da informação e passarmos a tratá-la como instrumento de desenvolvimento.

Em 1951 Mooers cunhou o termo recuperação da informação, destacando que:

[...] engloba os aspectos intelectuais da descrição de informações e suas especificidades para a busca, além de quaisquer sistemas, técnicas ou máquinas empregados para o desempenho da informação.

## **1.1 Justificativa**

A falta de informação provoca, entre outras coisas, duplicidade, falta de compatibilidade e falta de padronização. O que acaba por dificultar o trabalho dos profissionais da informação, o tempo gasto com tratamento intelectual da informação representa um dispendioso gasto material, de uma forma geral. Somente através de um esforço coletivo conseguiremos executar a recuperação da informação.

Com base nesta afirmação, este tema surgiu da necessidade de se analisar a maneira como as bibliotecas governamentais estão representando seus documentos e de melhorar a qualidade da indexação e, conseqüentemente, a recuperação da informação.

## **1.2 Objetivos**

O presente estudo tem os seguintes objetivos:

### **1.2.1 Objetivo Geral**

- Investigar o uso de linguagens documentárias em bibliotecas especializadas.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Analisar as linguagens documentárias utilizadas em órgãos governamentais no Distrito Federal;
- Identificar as linguagens documentárias em suas características conceituais.

## **2. Revisão de Literatura**

Para a elaboração da presente obra as seguintes fontes de informação foram consultadas:

Catálogo da biblioteca da Universidade de Brasília<sup>1</sup>

Catálogo da biblioteca do IBICT<sup>2</sup>

Catálogo da biblioteca do Tribunal de Contas da União<sup>3</sup>

Base de dados ABCDM

Base de dados Scielo<sup>4</sup>

Base de dados Google acadêmico<sup>5</sup>

### **2.1 Bibliotecas Especializadas**

Segundo Figueiredo (1979, p. 10), as bibliotecas que hoje são conhecidas como especializadas surgiram em consequência da revolução industrial e do avanço nas áreas de ciência e tecnologia no início do século vinte. O acervo das bibliotecas especializadas se destaca do das demais bibliotecas (escolar, pública e universitária) por ser mais seletivo e como o próprio nome já diz especializado.

As primeiras bibliotecas especializadas tiveram seu início nas universidades, mais precisamente nos departamentos das universidades que necessitavam possuir material bibliográfico específico de sua área de atuação sempre disponível.

A importância das bibliotecas especializadas decorre do surgimento da Special Libraries Association (SLA) em 1909. Mais tarde, apareceram outras associações do mesmo gênero na Inglaterra (ASLIB-Association Special Librarianship). Bibliotecas especializadas, geralmente, referem-se, a instituições que acumulam, tratam e disponibilizam a informação referente a um tema ou grupo de temas. Estas podem ou não estar necessariamente associadas a órgãos governamentais, centros de investigação, laboratórios, organizações culturais ou industriais.

---

<sup>1</sup> Disponível em: [www.bce.unb.br](http://www.bce.unb.br). Acesso em: 20 de agosto de 2011

<sup>2</sup> Disponível em: [www.ibict.br](http://www.ibict.br). Acesso: 10 de setembro de 2011

<sup>3</sup> Disponível em: [www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br). Acesso em 15 de setembro de 2011

<sup>4</sup> Disponível em: [www.scielo.org](http://www.scielo.org). Acesso em 30 de setembro de 2011

<sup>5</sup> Disponível em: [www.scholar.google.com.br](http://www.scholar.google.com.br). Acesso em 15 de dezembro de 2011

É, portanto, seu principal objetivo, fornecer informação aos funcionários dessas organizações associadas, de forma a permitir-lhes o desenvolvimento do seu trabalho/estudos.

Para Figueiredo (1979):

Estas bibliotecas podem se localizar em organizações as mais diversas, a maioria pertencendo a companhias industriais; contudo, podem existir bibliotecas especializadas em agências do governo (ministérios, autarquias, empresas semi-estatais), instituições particulares de pesquisa, sociedades profissionais, associações de comércio, instituições acadêmicas com coleções departamentais, em bibliotecas públicas com coleções especializadas de assunto, e ainda, em hospitais, bancos, escritórios de engenharia e planejamento, de advocacia, etc.

Em geral, as bibliotecas especializadas estão ligadas a alguma instituição que como consequência tem uma finalidade específica para as mesmas.

De acordo com Figueiredo (1979, p. 13):

Às três necessidades da indústria moderna: homens, materiais e máquinas, foi acrescentada uma quarta: informação. Numa época caracterizada por grandes avanços nos campos da ciência e da tecnologia, assim também como nas técnicas de gerência, a necessidade pela informação sobre o mais recente acontecimento, tornou-se essencial para organizações de negócios que desejam obter a liderança na sua área de atuação. O que leva o mudo industrial, cioso do dólar gasto, a dispende em livros e bibliotecas? A resposta reside no simples fato de que, para a indústria operar, é essencial grande diversidade de informação. Apesar dos computadores avançados e de outros instrumentos eletrônicos, a fonte básica de informação – além da experimentação original – é, ainda, a palavra escrita.

Biblioteca especializada é uma classificação que surgiu na nomenclatura bibliotecária recentemente. Por esse motivo vamos apresentar alguns conceitos e definições para contextualização do tema.

### **2.1.1 Bibliotecas Especializadas: Conceitos**

Para Cunha (2008, p. 51) biblioteca especializada é:

1. Biblioteca organizada sobre disciplinas ou áreas específicas do conhecimento; biblioteca especial.
2. Biblioteca organizada para certas categorias de usuários, tais como pessoas com necessidades especiais, pacientes e internos de estabelecimentos correccionais.

Segundo Salasário (2000, p. 105) existem três princípios teóricos quanto a seu conceito: os que se prendem ao acervo que a biblioteca possui e disponibiliza ao usuário, os que tratam do tipo de usuário que a frequenta e os que associam o tipo de acervo ao tipo de usuário que a biblioteca possui

A conceituação de biblioteca especializada pode ser feita em função do acervo desenvolvido pela biblioteca, como também pode ser feita de acordo com o usuário que frequenta a biblioteca.

Abordando a teoria que enfoca o acervo como determinante para a classificação de biblioteca especializada Ashworth (1967, p. 632) diz que:

“A biblioteca especializada é uma biblioteca quase exclusivamente dedicada a publicações sobre um assunto ou sobre um grupo de assuntos em particular. Inclui também coleções de uma espécie particular de documentos”.

Cezarino (1978, p. 238) acredita que a biblioteca especializada nada mais é do que uma instituição que tem como objetivo primordial tornar acessíveis informações de um tema particular. Segundo a autora:

[...] governamentais, particulares ou associações formalmente organizadas com o objetivo de fornecer ao usuário a informação relevante de que ele necessita, em um campo específico de assunto.



Analizando as necessidades do usuário das bibliotecas, Carvalho (1991) afirma que as bibliotecas especializadas servem não apenas como pontos de encontro para a busca de informações especializadas, mas também para troca de informações entre os próprios usuários.

Enfocando o acervo ou o usuário a maior parte dos especialistas concorda que o que define a biblioteca especializada é o assunto específico tratado pela unidade de informação.

### **2.1.2 Bibliotecas Especializadas: Funções**

De acordo com os autores citados a função da biblioteca especializada está voltada para atender as necessidades dos usuários em sua área de atuação.

Após a segunda guerra mundial a biblioteca deixou de ter a função de armazenar uma pequena quantidade de informação que era acessada por uma minoria intelectual, para começar a lidar com uma explosão de informações e uma procura muito maior por essas informações.

Segundo Guinchat & Menou (1994):

[...] na época moderna, em decorrência do progresso da organização social e da educação, houve um aumento e diversificação do número de usuários. Paralelamente, ocorreu um aumento rápido da oferta e da demanda de informação e o surgimento de novas técnicas que permitem tratá-la de forma cada vez mais sofisticada.

Na opinião de Volpato (2000) para que possa cumprir suas atuais funções, existe a necessidade que a biblioteca tenha o seu material bibliográfico bem selecionado organizado e que acompanhe os avanços verificados no campo da documentação e informação nos últimos anos.

### 2.1.3 Bibliotecas Especializadas: Características

Tabela 1 – Bibliotecas especializadas: Características

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Termo</b>	<b>Descrição</b>
<b>Nice Figueiredo</b>	1979	Coleção	Desenvolver coleção de acordo com necessidades da organização;
		Catálogos	Criação e manutenção de catálogos, índices e referências sobre assuntos especializados;
		Informação	Disseminar informação através de exposições, fornecimento de cópias, notificações pessoais [...];
		Empréstimo	Proporcionar ao usuário a circulação de livros e periódicos
		Tratamento	Indexação e resumos de relatórios internos e de correspondência técnica;
		Referência	Manutenção dos serviços de referência;
		Bibliografias	Compilação de bibliografias e preparação de relatórios [...];
		Editoração	Assistência editorial às publicações da organização;
		Tradução	Serviços de tradução
		Cliente	Serviços personalizados de vários tipos

Fonte: FIGUEIREDO, Nice. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 7, n. 1, jan./jun. 1979

Tabela 2 – Bibliotecas Especializadas – Características

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Termo</b>	<b>Descrição</b>
<b>Ana Cláudia Carvalho de Miranda</b>	2004	Informações	Fornecer informações de forma rápida e eficaz, centrada em uma área do conhecimento, buscando atender as necessidades dos usuários;
		Tratamento	Realizar um tratamento exaustivo nos documentos, ampliando os recursos de recuperação de informação;
		Disseminação	Disseminar seletivamente a informação
		Base de Dados	Proporcionar o acesso a base de dados especializadas na área de interesse da coleção;
		Recuperação	Permitir a recuperação aprofundada de informações sobre assuntos específicos da área.

Fonte: MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 87-94, jan./abr. 2004

As principais características das bibliotecas especializadas são:

- O tratamento que os documentos recebem e a tipologia da mesma;
- O usuário, pois como especialista possui conhecimentos acima da média;
- Os profissionais que integram a equipe de trabalho da biblioteca;
- A preocupação com a constante atualização do acervo a fim de atender todas as necessidades dos usuários;
- A relação com outros centros de documentação;
- O emprego de sistemas de automação com o intuito de melhorar a recuperação da informação.

O mundo hoje vive uma nova fase, que chamamos de sociedade da informação e do conhecimento, onde a informação se tornou uma mercadoria de grande valor, pois colabora diretamente, não apenas com a produção de riquezas materiais como também é responsável pelo desenvolvimento cultural, social e econômico da sociedade. A biblioteca, dessa forma, passa a ser a detentora e gestora do poder da informação obtendo como seu principal produto a disseminação da informação. De acordo com essa realidade se torna obvia a necessidade da criação de uma unidade de informação nos órgãos governamentais, que seja responsável por coletar, armazenar organizar e disponibilizar essas informações.

## 2.2 Linguagem

Segundo definição do Aurélio (1975), linguagem é:

- O uso da palavra articulada ou escrita como meio de expressão e de comunicação entre pessoas;
- A forma de expressão pela linguagem própria de um indivíduo, de um grupo, de uma classe, etc.: linguagem infantil; linguagem erudita; a linguagem de um documento jurídico;
- O vocabulário específico usado numa ciência, numa arte, numa profissão, etc.;
- Vocabulário, palavreado: linguagem obscena, linguagem pobre;

- Tudo quanto serve para expressar idéias, sentimentos, modos de comportamento, etc.; e que exclui o uso da linguagem: linguagem musical, linguagem do olhar;
- Língua;
- Todo sistema de signos que serve de meio de comunicação entre indivíduos e que pode ser percebido pelos diversos órgãos de sentidos, o que leva a distinguir-se uma linguagem visual, uma linguagem auditiva, uma linguagem tátil, etc.; ou, ainda, outras mais complexas, constituídas, ao mesmo tempo, de elementos diversos [a lingüística tem como objeto em particular o estudo da linguagem auditiva, a qual se baseia essencialmente no uso da voz, e é chamada também, linguagem falada ou linguagem articulada.] (...)

Segundo Galvão (1998, p. 48) no campo da biblioteconomia e documentação, existem duas correntes teóricas que se voltam para a linguagem: a corrente teórica que pesquisa a viabilidade da recuperação das informações através da linguagem natural e a corrente que trabalha com desenvolvimento das linguagens documentárias. Essas correntes constantemente procuram subsídios na estatística, na ciência cognitiva, na lógica, na lingüística, na matemática, na ciência da terminologia, entre outras. Analisando a questão, Galvão (1998:48) afirma que as duas correntes se fixam prioritariamente em textos técnico-científicos. Ela conclui que:

[...] a biblioteconomia e a documentação, ao desenvolverem metodologias para o tratamento apenas dos textos técnico-científicos e ao objetivarem a construção do signo monossêmico como base para a transmissão da informação, tem tratado apenas uma parte das informações produzidas pela humanidade, uma vez que os textos literários e visuais, por exemplo, não têm sido objeto de estudo. Observa-se igualmente que a biblioteconomia e a documentação não operam como conceito geral de linguagem que a relaciona como “qualquer sistema de signos (não só vocais ou escritos como também visuais, fisionômicos, sonoros, de gestos e afins)” capaz de servir à comunicação entre indivíduos. (GALVÃO, 1998).

## 2.3 Linguagem Natural

A linguagem natural é a linguagem falada ou escrita naturalmente, sem qualquer tipo de tratamento.

Segundo Cunha (2008):

- 1.Linguagem formada pela reunião de sinais empregados e reconhecidos facilmente pelo homem. Ant: linguagem artificial.
- 2.Qualquer linguagem empregada para a comunicação verbal, em oposição a linguagem documentária [...]. Qualquer conjunto de indicadores sintáticos, empregados para expressar o conteúdo dos documentos, com o objetivo de registro e recuperação da informação; sistema de termos derivados.
- 3.Linguagem que permite comunicação com o computador mediante comandos que são palavras da fala natural. (CUNHA, 2008).

Para Cavalcanti (1978):

[...] a linguagem natural é formada pela união de símbolos utilizados e reconhecidos facilmente pelo homem. A fala, os gestos, os olhares, a palavra escrita, por exemplo, são tipos de sinais empregados pelo homem para se comunicar com outros homens e para expressar sua idéia.

De acordo com Lancaster (1991):

(...) Conceitua-se linguagem natural como sinônimo de discurso comum, isto é, a linguagem usada habitualmente na fala e na escrita. No contexto da recuperação de informação, o conceito se refere, normalmente, às palavras que ocorrem em textos impressos, considerando como seu sinônimo a expressão texto livre.

Na opinião de Lancaster (1993):

[...] os registros em texto livre costumam ser mais extensos e, por isso, proporcionam mais pontos de acesso; freqüentemente incluirão

alguns termos mais específicos ou mais atualizados do que aqueles existentes em qualquer vocabulário controlado e, comumente, proporcionarão maior redundância. (LANCASTER, 1993, p. 223)

Na linguagem natural, a maior vantagem é a velocidade na operação de indexação e a possibilidade de se utilizar profissionais menos especializados, o que requer maior esforço e maior conhecimento na hora da busca. As palavras usadas como termos de indexação são as próprias palavras do título e nome do autor, e para assegurar recuperação adequada, o pesquisador deve pensar em todas as alternativas gráficas possíveis, singulares e plurais, sinônimos e quase sinônimos, até chegar ao documento procurado, (CARNEIRO, 1985).

Guinchat e Menou (1994) definem:

[...] as linguagens naturais como linguagens faladas que apresentam características que dificultam sua utilização para o tratamento da informação. São adaptadas as formas de comunicação oral ou escrita, as quais estabelecem entre interlocutores na forma de diálogo. Para eles, nem todas as palavras que compõe a linguagem natural possuem o mesmo valor informativo. (GUINCHAT & MENU, 1994).

Segundo Assis (2010) após a Segunda Guerra Mundial houve um grande crescimento tecnológico e informacional, o que trouxe como consequência um aumento com a preocupação em se organizar a informação de forma a facilitar a sua posterior recuperação de acordo com as necessidades do usuário. Dessa necessidade surgem as linguagens documentárias que se opõem diretamente a linguagem natural.

De acordo com Lopes (2002):

A linguagem natural (LN) pode ser definida como a linguagem do discurso técnico-científico, e, no contexto da recuperação da informação, Lancaster (2004, p. 200) afirma que “a expressão normalmente se refere às palavras que ocorrem em textos impressos, considerando como seu sinônimo a expressão “texto livre”. (LOPES, 2002, p. 42)

É importante lembrar que a linguagem natural não recebe nenhum tipo de tratamento, isto é, não se exerce nenhum tipo de controle com o intuito de se evitar erros.

Tabela 3 – Vantagens e desvantagens do uso da linguagem natural

<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
Permite o imediato registro da informação numa base de dados, sem necessidade de consulta a uma linguagem de controle.	Os usuários da informação, no processo de busca, precisam fazer um esforço intelectual maior para determinar os sinônimos, grafias alternativas, os homônimos, etc.
Processo de Busca é facilitado com a ausência de treinamentos específicos no uso da linguagem de controle.	Haverá uma alta incidência de respostas negativas ou de relações incorretas entre os termos usados na busca (por ausência de padronização).
Termos de indexação são extraídos diretamente dos documentos que vão constituir a base de dados.	Custos de acesso tendem a aumentar com a entrada de termos aleatórios.
Termos específicos citados nos documentos podem ser encontrados.	Uma estratégia de busca que arrole todos os principais conceitos e seus sinônimos deve ser elaborada para cada base de dados.
Elimina os conflitos de comunicação entre os indexadores e os usuários, pois, ambos terão acesso aos mesmos termos.	Perda de confiança do usuário numa possível resposta negativa.

Fonte: COIMBRA, Fabíola de Luca. **Avaliação da linguagem natural e controlada na recuperação de doutrina jurídica**. 2005. 132 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, FACE - Departamento de Ciência da Informação.

## 2.4 Linguagem Controlada

Linguagem documentária baseada na linguagem natural. Seu vocabulário obedece a uma estrutura própria e ao controle terminológico; sistema de termos atribuídos. (CUNHA, 2008).

De acordo com Cintra et al (2002)

as unidades constitutivas das linguagens construídas, ao contrário, significam de maneira precisa. Contrapõem-se às unidades da linguagem natural, justamente por imporem significados fixos, de maneira coercitiva. Ao contrário da palavra polissêmica do

vocabulário geral da linguagem natural, o termo do vocabulário especializado das linguagens construídas tende a se comportar de maneira uniforme, com pequenas variações, isto é, nele as relações entre forma significante e significado tendem a ser unívocas. Diz-se, nesse caso, que o termo, ao contrário da palavra polissêmica, é de natureza monossêmica.

Segundo Sayão (1996), as linguagens controladas:

São linguagens artificiais geralmente derivadas da linguagem natural. Essas linguagens são chamadas artificiais no sentido em que resultam de processo evolutivo e necessitam de regras explícitas para seu uso. Normalmente as linguagens documentárias estabelecem uma relação unívoca entre o termo e o conceito, isto é, entre o significante e o significado. Cada termo corresponde a um conceito do sistema de conceitos da área específica com que se está trabalhando. A construção dessas linguagens é um processo complexo e longo. (SAYÃO, 1996).



Tabela 4 – Vantagens e desvantagens do uso de linguagem controlada

Vantagens	Desvantagens
Se bem construída, a linguagem controlada poderá oferecer alta precisão e revocação e, também ampliar confiança do usuário frente a um possível resultado negativo.	Uma rígida linguagem controlada poderá não refletir os objetivos da base de dados.
As relações hierárquicas e as remissivas da linguagem controlada auxiliam tanto o indexador, quanto o usuário na identificação de conceitos relacionados.	Necessidade de treinamento no uso das linguagens controladas tanto para os intermediários, quanto para os usuários finais.
Redução o tempo de consulta à base, pois a estratégia de busca será melhor elaborada com o uso de linguagem controlada.	Desatualização da linguagem controlada poderá conduzir a resultados falsos.
Controle total da linguagem controlada, minimizando os problemas de comunicação entre indexadores e usuários.	Custos: a produção e manutenção da base de dados terão despesas maiores com a equipe de indexadores. Terá ainda que, manter pessoal especializado na atualização da linguagem controlada.
Promove a consistência/coerência na indexação.	
Aumenta a precisão, pois controla a homonímia e a polissemia.	

Fonte: COIMBRA, Fabíola de Luca. **Avaliação da linguagem natural e controlada na recuperação de doutrina jurídica**. 2005. 132 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, FACE - Departamento de Ciência da Informação.

#### 2.4.1 Linguagens Documentárias

Para Lara (2004):

A linguagem documentária deve ser formulada rigorosamente para se constituir em sistema de organização e de comunicação da informação, qualquer que seja seu universo (bases bibliográficas, sites na WEB, conteúdos de manuais técnicos). O uso da terminologia teórica e da terminologia concreta contribui à consecução desses objetivos, à medida que fornece princípios para a identificação dos domínios, delimitação de conceitos e termos, estabelecimento de relações entre conceitos apoiadas em definições, além de prover referência concreta aos descritores. (LARA, 2004)

Segundo Guinchart e Menou (1994, p. 134):

As linguagens documentais fazem uma condensação e uma simplificação da linguagem natural (por esta razão que se fala de linguagens ou de vocabulários controlados) e retêm apenas uma parte das palavras e poucas regras gramaticais. Elas devem ser ainda de fácil manuseio, tanto pelos especialistas das unidades de informação quanto pelos usuários. Esta última exigência as orienta, em um sentido inverso, a um vocabulário mais extenso e a uma estrutura mais diversificada.

A necessidade da criação da linguagem documentária nasceu da necessidade de se organizar e recuperar todas as informações que surgiram após a Segunda Guerra Mundial. A partir desse momento, com o intuito de criar uma linguagem que atendesse às demandas das unidades de informação, iniciou-se uma coleta de princípios em disciplinas como a linguística e a estatística.

Cintra et al. (1994, p. 24) diz que:

No amplo universo da linguagem, as linguagens documentárias possuem um status muito particular: por meio delas podem-se representar, de maneira sintética, as informações materializadas nos textos. (...) são sistemas simbólicos instituídos, que visa facilitar a comunicação. Sua função comunicativa, entretanto, é restrita a contextos documentários, ou seja, as linguagens documentárias devem tornar possível a comunicação usuário-sistema.

De acordo com Gardin, uma linguagem documentária é um agrupamento de termos com ou sem regras de sintaxe, utilizados para descrever documentos de cunho científico com o intuito de organização e recuperação de informações (Gardin et al., 1968).

Para Laan (2000)

as linguagens documentárias podem ser notacionais, como os sistemas de classificação decimal de Dewey (CDD) ou classificação decimal universal (CDU), ou alfabéticas, como os cabeçalhos de assunto ou os tesauros. Estes sistemas podem ser ainda

classificados por sua abrangência. Os sistemas anteriormente citados, são universais, abrangem todas as áreas do conhecimento humano. Existem, ainda, os sistemas específicos, cuja abrangência refere-se a uma única área do conhecimento.

Para Lara (2003) uma linguagem documentária só poderá ser considerada uma linguagem se tiver características estruturais que a permitam funcionar como tal. É por essa razão que as linguagens documentárias mais modernas, como os tesouros, apresentam-se como estruturas, que compreendem relações de natureza lógica, ontológica, associativa e de equivalência. O léxico de uma linguagem documentária se estrutura como uma rede paradigmática e possui regras de combinação (rede sintagmática), que a despeito das diferenças relativas à sua potencialidade de produzir enunciados como os de língua, permite a formação de sintagmas, combinação de conceitos que podem expressar temas informacionais.

Na opinião de Lara (2004):

O interesse pela aplicação dos princípios de construção da linguagem documentária se deve, em grande medida, às bases conceituais da Linguística Documentária. Esta, constituída pela apropriação e transformação de conceitos de outras disciplinas sob a ótica da Ciência da Informação, permite aperfeiçoar as formas pelas quais podem ser atingidos os objetivos de comunicação da informação. Dentre tais conceitos destacam-se, da Linguística, o princípio estrutural de organização da linguagem; da Lógica, a identificação das formas de raciocínio e de organização de conjuntos; da Terminologia, a modelagem do conceito e dos sistemas de conceitos, além das referências concretas para a interpretação dos termos por meio dos glossários e dicionários terminológicos especializados, que são seus produtos. (LARA, 2004)

Linguagens controladas constituídas de representação de conceitos e de relações entre esses conceitos, destinadas, num sistema documentário, a representar os dados contidos nos documentos e nas demandas dos usuários. (Waller, 1999).

São sete os elementos principais que constituem uma linguagem documental:

1. Os descritores que extraídos da linguagem natural são reduzidos a uma única e invariável forma gramatical, e também os qualificadores que se destinam a complementar o sentido de outros descritores;

2. Os não-descritores, palavras extraídas da linguagem natural que se relaciona com os descritores;

3. As relações existentes entre os descritores, que permitem reagrupar sob um único termo, aumentar ou precisar uma pesquisa; e as relações entre descritores, resultantes de reagrupamento em conjuntos e subconjuntos; que por sua vez dependem de uma mesma linha hierárquica ou que pertencem a um mesmo tema;

4. Notações numéricas, alfanuméricas, alfabéticas, simbólicas ou silábicas;

5. Notas gerais ou notas de escopo;

6. Elementos de sintaxe;

7. Os gráficos que mostram os descritores e suas relações.

De acordo com Dodebei (2002, p. 54):

A classificação tradicional das linguagens documentárias isolava dois atributos, até então considerados antagônicos: universal, correspondendo a reduções da totalidade do conhecimento e especializada, representando a totalidade de alguns domínios do conhecimento. No primeiro, encontram-se as classificações bibliográficas universais, os macrotesauros, as listas de cabeçalhos de assuntos construídas com base nas classificações universais; no segundo atributo, os tesaurus, as classificações e lista de assuntos de domínios específicos.

Quanto à tipologia as linguagens documentárias existem, em relação à coordenação ou combinação de termos, as pré-coordenadas e as pós-coordenadas. Na pré-coordenada, essa combinação deve ser feita antes da busca da informação pelo usuário, ou seja, na indexação do assunto. Já no caso das pós-coordenadas, a combinação é realizada na hora da busca, podendo-se utilizar como estratégia nessa recuperação, entre outros instrumentos, os operadores booleanos.

Tabela 5 – Indexação pré-coordenada e pós-coordenada

<b>Indexação</b>	<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
<b>Pré-coordenada</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Termos listados em uma sequência pré-determinada;</li> <li>• Evita falsa recuperação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representação difícil das várias possibilidades de relações entre os conceitos;</li> <li>• Pouca flexibilidade de combinação entre os termos na estratégia de busca;</li> <li>• Atualização da terminologia dificultada.</li> </ul>
<b>Pós-coordenada</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Permite diversas combinações de termos;</li> <li>• Permite atualização terminológica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atribui relevância a qualquer termo.</li> </ul>

Fonte: Apresentação em slide de Lopes (2008).

Quando um sistema de automação de biblioteca faz uso da linguagem natural é preciso utilizar métodos do chamado Processo de Linguagem Natural (PLN) com o intuito de alcançar maior precisão da informação recuperada.

Segundo Oliveira (2009, p.1)

A tarefa de processar uma linguagem natural permite que os seres humanos comuniquem-se com os computadores da forma mais “natural” possível, utilizando a linguagem com a qual mais estão habituados. Elimina-se, desta maneira, a necessidade de adaptação a formas inusitadas de interação, ou mesmo o aprendizado de uma linguagem artificial (...). (OLIVEIRA, 2009, p. 1).

O processamento da linguagem natural também pode ser usado em outras áreas, e não apenas nos sistemas de recuperação da informação, como nas ferramentas de acesso aos bancos de dados, na elaboração de resumos e na tradução automática.

## 2.4.2 Conceito

Para Lara (2004):

A denominação linguagem documentária, além de referir-se ao conjunto de diferentes tipos de instrumentos especializados no tratamento da informação bibliográfica (Sistemas de classificação enciclopédicos ou facetados e tesouros), designa, de modo mais amplo e completo, a linguagem especialmente construída para organizar e facilitar o acesso e a transferência da informação. (LARA, 2004)

De acordo com Cunha (2008, p. 99) conceito pode ser entendido como:

1. “Entendimento concreto, ou intrínseco, de uma unidade de informação, independente de sua expressão linguística. É, portanto, a representação mental de um conhecimento” (CAVI, p. 14); noção.
2. “Conjunto de características resultantes das afirmações verdadeiras sobre determinados objetos. As características podem ser intrínsecas (essenciais), ou acidentais” (idem, p. 14).
3. Ideia geral simbolizada por uma palavra e, neste sentido, é o resultado de um julgamento.

“Conceitos são unidades do conhecimento identificadas através de enunciados verdadeiros sobre um item de referência e representados por uma forma verbal (termo ou palavra) (MEDEIROS, 1986). De forma simplificada o conceito pode ser descrito como uma combinação singular de características ou atributos dos objetos.

Para (Dias, 2007):

Os conceitos são essenciais à vida dos indivíduos, pois eles simplificam sua percepção do ambiente e permitem identificação dos objetos que se encontram no seu ambiente e o acréscimo de novos elementos aos esquemas individuais de cada um. Definir um conceito é uma operação verbal e lógica bem clara, na qual se usa

uma série de ideias logicamente subordinadas para chegar a uma conclusão geral.

Para Wüster (1998) conceito se compõe de características comuns de um determinado objeto percebidos pelas pessoas. Este autor enfatiza que conceito é um elemento do pensamento. O conjunto das características individuais do objeto é a intenção conceitual.

A formação de conceitos é de absoluta importância na organização das informações, pois permite que os objetos sejam agrupados em categorias e em áreas de conhecimento.

De acordo com (Dahlberg, 1987; p. 65):

(...) um conceito é criado pela predicação sobre um objeto de concernência, o chamado 'referente', é originado nos escritos dos filósofos. Qualquer predicação sobre esse referente produz uma característica do conceito desse referente. A soma total das características dessas predicções possíveis irão compor a soma total das características de um conceito e assim determinar os conteúdos de um conceito.

A teoria do conceito criada por Dahlberg criou uma base que sustenta a denominação e a compreensão do que entendemos como conceito. Através de suas pesquisas a autora fez uma ligação entre a teoria do conceito e a teoria da classificação, demonstrando que as duas podem ser usadas na criação das linguagens documentárias.

De acordo com Campos (2001)

Os princípios da teoria do conceito têm-se mostrado úteis para a elaboração de tesouros porque fornecem bases seguras, tanto para o estabelecimento de relações, como para sua realização no plano verbal, ou seja, a determinação do que se denomina termo. Segundo esta teoria, as soluções para o termo e sua forma não são mais o ponto de partida, mas o ponto de chegada. (CAMPOS, 2001. p. 87).

### 2.4.3 Descrição de conteúdo

Guinchat & Menou (1994, p. 121) definem descrição de conteúdo como:

[...] conjunto de operações que descreve os assuntos de um documento ou uma pergunta (fatos, conceitos, números, imagens, entre outros) e os produtos resultantes dessa operação. Essas operações são chamadas correntemente de classificação, indexação, condensação e análise. Como elas apresentam características comuns, pode-se considerá-las como parte de um todo.

Um documento pode ser descrito de várias formas. A descrição de conteúdo pode estar situada em todas as etapas da cadeia documental: na produção do documento, no armazenamento e na recuperação do mesmo. A descrição de conteúdo tem como meta o conhecimento do conteúdo do documento torná-lo disponível para o usuário, decidir entre a conservação do mesmo ou o seu descarte se não atende mais as necessidades da instituição e para facilitar a sua posterior recuperação.

Segundo Guinchat & Menou (1994):

[...] A descrição de conteúdo das perguntas objetiva precisar seu campo; explicitar e classificar os assuntos; exprimi-los em termos precisos e não ambíguos; e traduzir os termos com as palavras mais apropriadas da linguagem documental, se for o caso. Ela é feita porque o documento original é muito volumoso para ser utilizado da forma que se apresenta, porque o autor e o usuário não utilizam forçosamente o mesmo vocabulário no mesmo sentido, e porque a coincidência entre a formulação das perguntas dos usuários e a representação de conteúdo dos documentos é indispensável para que um sistema funcione corretamente. A descrição de conteúdo deve ser efetuada detalhadamente, em função da utilização do documento. O objetivo não é dar a conhecer o documento, mas permitir a utilização das informações que ele contém baseadas nas necessidades dos usuários, no assunto tratado, nos meios da



unidade de informação, nos produtos e serviços fornecidos, e na relação custo-eficácia. (GUINCHAT & MENOU, 1994. p. 122).

A descrição de documento necessita ser objetiva e de acesso fácil. O desenvolvimento das máquinas facilitou bastante o trabalho do profissional da informação, e atualmente existem diversos métodos de indexação assessorados por computadores, bem como sistemas informatizados que permitem a recuperação da informação de forma automática. Entretanto, a automação, que foi positiva no isolamento de conceitos por ocorrência e frequências, revela-se ainda ineficiente quando aplicadas a textos de ciências humanas.

A análise de um documento apresenta três aspectos principais, ela é processo, produto e instrumento. A análise enquanto processo é composta de representações documentárias e os produtos dessas análises são os resumos e os índices; e seus instrumentos são as listas de assuntos, os sistemas de classificação, os tesouros e outros. Além da análise, está presente no processo de descrição de conteúdo, a síntese, que vem a ser a transposição da maneira mais sucinta possível de conceitos, enquanto aquela vem a ser a identificação e extração dos mesmos.

Para Cunha (1987) o produto da análise deixou de se limitar a três ou quatro palavras-chave, utilizando a automação, resultando na obtenção de representações mais ricas, na medida em que paráfrases completas do enunciado foram registradas em memória numa linguagem simbólica adequada.

Portanto, a descrição de conteúdo é muito importante para a transmissão e para a otimização do uso da informação.

#### **2.4.4 Análise Documentária**

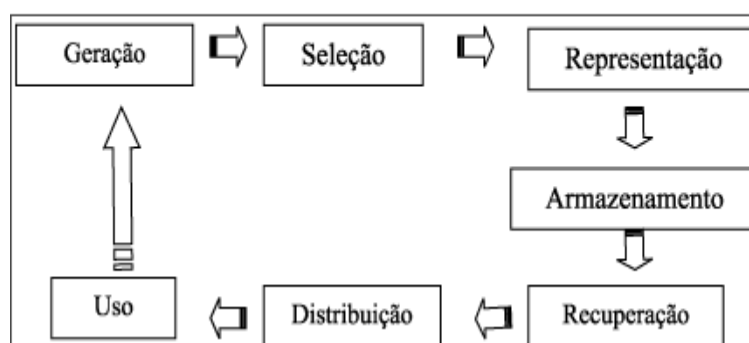
Fase inicial do ato classificatório que consiste em determinar os principais assuntos ou conceitos relacionados com o documento objeto de análise. (CUNHA, 2008)

Segundo Guimarães (2003):

A abordagem da análise documentária pressupõe o resgate do ciclo informacional enquanto base para o fazer documental, em cujo âmbito se verificam, como operações fundamentais e

interdependentes, a produção, o tratamento ou organização, a recuperação, a disseminação e o uso da informação que, por sua vez, poderá gerar nova produção completando o ciclo. (GUIMARÃES. 2003. p. 100).

FIGURA 1  
**Ciclo informacional**



Fonte: SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 2, p. 107 a 124, maio/ago. 2003.

A análise conceitual é em sua essência interdisciplinar, pois exige conhecimentos linguísticos, temáticos, lógicos, documentais e informáticos.

Para a que a análise conceitual seja efetuada é necessário que se siga alguns passos:

- Identificação do assunto;
- Entendimento do que trata o documento;
- Identificação dos conceitos que representam o conteúdo do documento;
- Seleção dos conceitos mais adequados;
- Expressão da análise através de palavras;
- Tradução para a linguagem documentaria.

#### **2.4.5 Cabeçalhos de Assunto**

1. Palavra ou frase utilizada para indicar o conteúdo temático de um documento.
2. “Indicadores gerais do conteúdo dos documentos, utilizados para a indexação superficial, por oposição às combinações mais

expressivas de descritores, utilizadas para a indexação em profundidade – Distinção empírica.” (CUNHA, 2008)

“Palavra ou grupo de palavras que expressam o conteúdo de um documento”.  
(Cesarino & Pinto)

O sistema de cabeçalhos de assunto, como o conhecemos atualmente, é um sistema pré-coordenado, ou seja, os termos são combinados na indexação, desenvolvido na Biblioteca do Congresso americano, que fica situada na cidade de Washington, para o seu catálogo de assunto. Iniciou-se em fins do século passado e se constituiu em inovação em matéria de catálogos de bibliotecas, pois na Europa, os mais usados eram o catálogo sistemático e o alfabético-por-classe, mais adequadas às bibliotecas usadas por usuários com nível intelectual mais elevado.

Nos Estados Unidos, por causa da filosofia disseminada durante a Revolução Francesa, as bibliotecas tiveram papel determinante no processo de educação do povo e na divulgação dos preceitos da cidadania. E foi para atender ao cidadão comum que se desenvolveram técnicas e serviços biblioteconômicos tais como o catálogo-dicionário, o sistema de localização relativa de livros para permitir o livre acesso às estantes e o serviço de referência, citando apenas os mais importantes.

A diferença básica entre o catálogo-dicionário e o catálogo sistemático, está no critério de escolha da entrada. No primeiro, a entrada de assunto é direta, sem a inclusão de um termo mais amplo, sendo o cabeçalho tirado de palavras usadas no dia a dia. No catálogo sistemático o cabeçalho de entrada é representativo de uma classe com subdivisão de cabeçalhos relativos à ordem imediatamente inferior.

O catálogo-dicionário foi concebido, portanto, para não ter subdivisões, exceto nos casos em que a entrada fosse nome de um lugar (cidade, país, etc).

A filosofia do cabeçalho de assunto tem sido, desde Cutter a de preferir a forma usada pelo usuário. A gramática e a sintaxe do cabeçalho de assunto foram estabelecidas, portanto, a partir da gramática (da língua inglesa) e o vocabulário ditado pelo uso do público.

A sintaxe de cabeçalhos de assunto evidentemente só se manifesta no universo dos cabeçalhos compostos, de que são exemplos típicos os cabeçalhos-frase ou as expressões compostas. Os cabeçalhos de assunto servem para expressar assuntos e/ou formas de documentos ou o conteúdo e/ou forma da informação registrada.

São cabeçalhos compostos os constituídos por mais de uma palavra, enquanto os simples são formados apenas por uma palavra. Os assuntos simples são os que representam apenas uma idéia enquanto os compostos são formados por duas ou mais idéias. Assim, há cabeçalhos compostos representando assuntos simples (exemplo: Testes de aptidão; Motores de avião; Poluição radioativa etc.) e assuntos compostos (exemplo: Poluição radioativa da água; Alimentação dietética para diabéticos; Fabricação de motores de automóveis).

Entende-se por sintaxe de cabeçalhos de assunto a combinação dos elementos ou palavras que formam os cabeçalhos compostos. Sabendo-se que este procedimento relacionado à composição do cabeçalho tem função efetiva em instrumentos pré-coordenados de acesso ao conteúdo e/ou formas temáticas e documentárias, como os catálogos alfabéticos de entradas lineares, torna-se necessária a utilização de mecanismos que possibilitem sua elaboração consistente.

De acordo com Santos (1997): [...] esses cabeçalhos são necessários para o controle de vocabulário, para evitar falhas quanto à recuperação dos documentos, impedindo, dessa forma, que ocorram diferentes entradas para um mesmo assunto. Por outro lado, é importante que o vocabulário do catálogo de assunto esteja de acordo com o vocabulário do usuário, necessitando, ser compatibilizado.

#### **2.4.6 Lista de Descritores**

“Lista de descritores associados a um descritor específico ou a um grupo de descritores de um tesauro” (CUNHA, 2008).

De forma geral se resume a uma lista com todos os descritores autorizados. Tem o intuito de definir quais os descritores podem ser utilizados na indexação dos documentos.

Podem comportar apenas a lista dos termos escolhidos, mas pode acrescentar sinônimos da linguagem natural junto aos termos correspondentes. Assim estrutura-se uma lista estabelecendo relações entre os descritores. Pode-se também reagrupar os descritores, obtendo-se uma lista sistemática.

#### **2.4.7 Vocabulário Controlado**

1. Conjunto de termos que, nos sistemas de informação, devem ser empregados tanto no momento da indexação como na recuperação. A finalidade principal desse controle é fazer coincidir a linguagem do pesquisador com a do indexador. Nos vocabulários controlados são feitas remissivas dos sinônimos e quase-sinônimos para o termo selecionado como descritor; vocabulário fechado.
2. Sistema de indexação que não permite a inclusão de novos termos de indexação à lista autorizada já existente. Essa proibição vale até mesmo para termos relativos a novos conhecimentos. Nesses casos, é necessário esperar por uma nova edição da lista autorizada (oficial) ou por uma folha de atualização” (CUNHA, 2008).

Segundo Lopes (2002) [...] pode ser definido como um conjunto de termos organizados de forma hierarquizada e/ou alfabética, com o objetivo de possibilitar a recuperação de informações temáticas, reduzindo substancialmente a diversidade de terminologia. São também conhecidos como linguagens documentárias ou linguagens controladas. Uma base de dados que utilize um vocabulário controlado possibilita, ao intermediário, no planejamento da estratégia de busca, a recuperação, no campo específico de descritor, apenas daquelas palavras-chave listadas no tesouro e/ou vocabulário controlado da base de dados.

Tem como objetivo principal estabelecer um diálogo entre a linguagem do usuário (linguagem natural) e a linguagem do sistema de automação (linguagem controlada).

O vocabulário controlado relaciona termos utilizados em sistemas de indexação com vistas à uniformidade de armazenagem de informações, bem como a facilidade de recuperação. É, principalmente, uma lista de termos autorizados. Em geral, o profissional da informação responsável pela representação dos documentos somente pode utilizar os termos que constem da lista autorizada pela instituição.

Os objetivos da utilização dos vocabulários controlados são:

- Disponibilizar uma representação uniforme dos documentos;
- Controlar a utilização dos sinônimos, autorizando apenas uma palavra para a descrição;
- Limitar a utilização de homógrafos;
- Unir termos que apresentem relação entre significados;

- Facilitar a recuperação através do desenvolvimento de uma busca exaustiva entre os termos.

#### 2.4.8 Tesouro

Dentre os vocabulários controlados podemos dizer que o mais utilizado hoje, é o tesouro.

1. Vocabulário controlado e dinâmico de descritores relacionados semântica e genericamente, que cobrem de forma extensiva um ramo específico de conhecimento.
2. Lista estruturada de termos associados empregada por analistas de informação e indexadores, para descrever um documento de modo conciso e com a especificidade necessária, na etapa de entrada em sistemas de informação e também na etapa de recuperação posterior.
3. Lista de termos de uma linguagem natural, normalizados, preferenciais e organizados de modo conceitual, de acordo com regras terminológicas próprias e ligados entre si por relações hierárquicas ou semânticas.
4. Um tesouro pode ser definido de acordo com sua função ou de acordo com sua estrutura. **4.1** Do ponto de vista de sua função, o tesouro é um instrumento da terminologia empregado para traduzir em linguagem artificial (linguagem documentária, linguagem de indexação) a linguagem natural usada nos documentos e pelos indexadores e usuários, assim como para voltar a linguagem natural a partir da linguagem artificial. **4.2** Do ponto de vista da estrutura, o tesouro é um vocabulário organizado e dinâmico de termos que possuem, entre si, relações semânticas e genéricas e que se aplica de modo exaustivo, em âmbito próprio a uma área do conhecimento; instrumento de terminologia.
5. Lista autorizada de termos, elaborada de acordo com regras terminológicas próprias, constituída de descritores e não-descritores

ligados entre si por relações semânticas (hierárquicas, associativas e de equivalência).

6. Não deve ser confundido com um dicionário (isto é, conjunto organizado que atribui uma definição a cada conceito), nem com um índice (isto é, lista organizada na qual cada conceito remete a referências bibliográficas). (CUNHA, 2008)

É um instrumento de controle terminológico utilizado em unidades de informação para representar os documentos de forma a facilitar a recuperação da informação. O tesouro é em sua essência um sistema pós-coordenado, embora possa em algum nível permitir a pré-coordenação. Permite vários tipos de relacionamentos entre os termos e diferentes tipos de organização.

Tem como finalidade estabelecer uma linguagem que possa ser usada por indexadores e pesquisadores possibilitando assim que as informações sejam mais acessíveis. Entre as muitas funções do tesouro está a de possibilitar que os indexadores independentemente de características e formas de pensar diferenciadas possam representar os documentos da mesma forma.

Os tesouros são úteis não apenas para os profissionais da ciência da informação, mas também para tradutores, cientistas de todas as áreas, engenheiros, especialistas em elaboração de normas, epistemólogos, psicólogos, engenheiros do conhecimento, lingüistas e terminólogos.

Para Guinchat & Menou (1994, p. 146) as grandes vantagens dos tesouros são sua especificidade, maleabilidade e capacidade de descrever as informações de forma completa.

O tesouro por meio das relações permite a identificação do conceito e não apenas da palavra. O tesouro ajuda a precisar ou ampliar o campo de indexação.

Para Dodebei (2002, p. 67) o emprego de tesouros nas tarefas de indexação e recuperação de informações tenta resolver o problema de alocação de documentos em classes de assuntos, não só por sua capacidade de controlar vocabulários, mas porque é um instrumento que relaciona os descritores/termos de forma mais consistente, apresentando uma estrutura sintética simplificada e uma complexa rede de referências cruzadas.

De acordo com Campos (2003):

[...] Roget pensou em seu thesaurus como uma classificação de idéias que poderia ajudar aqueles que procurassem palavras apropriadas; e considerou a organização de mil seções, ou tópicos, expressos na tabela sinótica de categorias como um importante componente do todo. Uma pessoa poderia, em princípio encontrar seu caminho para a formulação de uma idéia inicialmente nebulosa seguindo a trilha apropriada da árvore [Tabela] até uma seção particular onde poderia encontrar a palavra específica mais apropriada para expressar a idéia ( CAMPOS, 2003 apud Sparck-Jones 1972, p. 402)

## **2.5 Terminologia: Conceitos**

Para Rondeau (1984):

A terminologia não é um fenômeno recente. Com efeito, tão longe quanto se remonte na história do homem, desde que se manifesta a linguagem, nos encontramos em presença de línguas de especialidade, é assim que se encontra a terminologia dos filósofos gregos, a língua dos negócios dos comerciantes cretas, os vocábulos especializados da arte militar, etc. (RONDEAU, 1984, p. 1)

Na opinião de Benveniste (1983):

A constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia mesmo dizer que a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados. O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário



de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e última operação de uma ciência. ( Benveniste, 1989: 252).

De acordo com LARA (2006):

a terminologia vivencia, hoje, alterações no seu delineamento teórico e pragmático. Como corpo sistemático de conceitos, a terminologia nasceu na década de 30 com Eugene Wüster, a quem se atribui o papel de fundador da Teoria Geral da Terminologia, conhecida como TGT.

Cunha (2008) define terminologia como:

1. Área do conhecimento, inter e transdisciplinar, que trata dos conceitos e de suas representações (termos e símbolos).
2. Disciplina que trata da formação e atribuição de nomes (nomenclatura) aos conceitos, quer nas áreas temáticas específicas, quer no conjunto de todas as áreas do conhecimento.
3. Conjunto de termos que representa o sistema de conceitos de uma área específica do conhecimento.
4. Conjunto organizado de termos técnicos ou científicos, em uma ou mais línguas. Os significados desses termos são explicados ou definidos de modo apropriado.
5. Publicação, na qual o sistema de conceitos de uma área específica do conhecimento é representado por termos (CUNHA, 2008).

De acordo com Cabré (1995) a terminologia pode ser definida enquanto “disciplina que se ocupa de termos especializados, conjunto de diretrizes ou princípios que regem a compilação dos termos e produto gerado pela prática, isto é, conjunto dos termos de uma área específica”.

Desde a antiguidade, ciências como a medicina e a arquitetura, dentre outras, usam termos técnico-científicos para expressar conceitos próprios de suas áreas. Por esse motivo surgiu a terminologia, uma disciplina que tem como campo de estudo o uso dos termos de linguagem especializada das várias áreas do

conhecimento. Como não poderia deixar de ser, a terminologia mantém um diálogo permanente com várias ciências com o intuito de representá-las com a maior fidelidade possível. A precisão conceitual é indispensável para que a terminologia possa fazer essa troca de informações entre os ramos de conhecimento que compõe sua área de estudo. Os termos técnico-científicos não apenas tem a função de representar o conhecimento como também auxiliam na construção do mesmo.

### **2.5.1 Terminologia: Funções**

“Para los especialistas, la terminología es el reflejo formal de La organización conceptual de una especialidad, y un medio inevitable de expresión y de comunicación profesional.” (Cabré; 1993: 37).

Cintra et al (1994) definem o objetivo da terminologia como:

identificar em uma área do conhecimento, primeiramente os conceitos, depois lhe atribuir um termo controlado, ao mesmo tempo, suas relações de sinonímia e homonímia e dar a cada conceito uma definição rigorosa.

Segundo Lara (2005) “a principal função da terminologia é a de observar as unidades da língua natural e da comunicação especializada e propor a representação de conceitos e sistemas de conceitos através de termos”.

A terminologia tem como objetivo principal proporcionar um diálogo entre os especialistas e também com as pessoas comuns. Procura facilitar a comunicação e também a representação dos documentos, procurando harmonizar a significação.

### **2.5.2 Terminologia: Características**

Para Krieger (2004):

Pertencer à linguística aplicada é precisamente o que caracteriza, em larga medida, o estudo científico geral da terminologia. Isso torna implícito o fato de que ela é um ramo da linguística aplicada. Eis aqui, com efeito, a descrição que se deu desta última e que é tomada

a Gunther Kandler. Ela vai além da linguística por reunir conhecimentos linguísticos em todos os domínios da vida e de torná-los úteis a todos os domínios da vida. (Krieger apud Wüster, 2004)

As principais características da terminologia são:

- Toma o termo técnico-científico como seu objeto principal;
- Faz parte da linguística aplicada;
- Trata somente de linguagens especializadas;
- Denomina conceitos;
- É interdisciplinar no sentido em que necessitou de uma relação entre várias áreas do conhecimento para o seu desenvolvimento;
- Na documentação é utilizada para a organização do conhecimento.

### **2.5.3 Terminologia Aplicada às Linguagens Documentárias**

De acordo com Lara (2005)

[...] até bem pouco tempo, a documentação trabalhava de uma maneira empírica, realizando a coleta de termos que iriam constituir uma linguagem documentária a partir da verificação da frequência e ocorrência dos termos na literatura. A partir dos estudos da lingüística, pôde-se verificar que tais linguagens só poderiam efetivamente receber esse nome se funcionassem simultaneamente como instrumentos de significação e de comunicação. De fato, a presença de um termo não garante que ele funcione como unidade que remeta a um significado razoavelmente unívoco, pois essa condição só é alcançada pelo arranjo ou estruturação dos termos, tal como acontece no sistema da língua.

Para Coimbra (2005) a terminologia é uma disciplina que estuda os conceitos e suas representações, abordando temas como a essência dos conceitos; relações

conceituais; características dos conceitos; descrição dos conceitos; formação dos termos; padronização dos conceitos e termos e internacionalização dos conceitos.

Levando-se isso em consideração a importância da terminologia para a documentação é imprescindível. De acordo com Lima (1998):

[...] a capacidade de uma linguagem documentária em recuperar as informações presentes nos textos, está condicionada à sua capacidade de referir. Para que essa referencia exista concretamente, a construção das linguagens documentárias deve ser feita com base na terminologia da área, em campos bastante delimitados, pois como a terminologia remete a sistemas de significação da área, ela constitui base legal para a construção das linguagens documentárias.

### **3 Metodologia**

O presente estudo se compõe de duas etapas.

A primeira consistiu numa pesquisa nos documentos publicados sobre o assunto através de uma revisão bibliográfica.

A segunda etapa consistiu numa pesquisa descritiva, que se deu por meio da aplicação de um questionário com o intuito de identificar as linguagens documentárias utilizadas nas bibliotecas de órgãos governamentais e se as mesmas estão sendo eficazes na recuperação da informação. O questionário utilizado se compõe de nove questões fechadas.

As cinco instituições visitadas são: Tribunal de Contas da União (TCU), Universidade de Brasília/Biblioteca Central (UnB/BCE), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Eletrobrás - Eletronorte e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

## 4 Análise de Dados

Para a análise dos dados vamos expor todas as perguntas feitas no questionário e as suas respectivas respostas. Após cada pergunta estaremos fazendo uma breve análise das respostas obtidas.

### Questão 1

Qual a linguagem documentária utilizada?

Tabela 6 – Linguagem documentária utilizada

Instituição	Lista de Descritores	Cabeçalho de Assunto	Vocabulário Controlado	Thesaurus
TCU			X	
BCE			X	
IBAMA				X
MRE			X	
Eletronorte			X	

Conseguimos identificar aqui que a linguagem mais utilizada nas bibliotecas pesquisadas é o vocabulário controlado. Uma das razões para a freqüente utilização desse tipo de linguagem documentária pode ser o fato de muitos softwares de automatização de bibliotecas já vir com a ferramenta para a construção do vocabulário controlado.

### Questão 2

Qual a data de criação da linguagem documentária?

Tabela 7- Data de criação da LD

Instituição	Década de 80	Década de 90	Após 2000
TCU	X		
BCE			X
IBAMA	X		
MRE			X
Eletronorte			X

Podemos constatar com essa pergunta que a maior parte das linguagens documentárias utilizadas atualmente foram criadas após os anos 2000, o que

demonstra a busca constante das bibliotecas em se atualizar e acompanhar a evolução da terminologia especializada.

### **Questão 3**

Como é feita a atualização da linguagem documentária e com que frequência?

Tabela 8 – Atualização da LD

<b>Instituição</b>	<b>A cada 6 meses</b>	<b>Anualmente</b>	<b>A cada 2 anos</b>	<b>A cada 5 anos</b>
<b>TCU</b>	X			
<b>BCE</b>	X			
<b>IBAMA</b>				
<b>MRE</b>			X	
<b>Eletronorte</b>				

Permite-nos perceber se a linguagem documentária utilizada pela instituição está acompanhando o desenvolvimento da terminologia especializada. Podemos ver pelos dados que a atualização ainda é falha nas instituições. Em grande parte das bibliotecas a atualização é feita apenas depois de longos períodos ou nem mesmo é feita.

### **Questão 4**

A biblioteca possui quantos indexadores/bibliotecários?

Tabela 9 – Número de indexadores/bibliotecários

<b>Instituição</b>	<b>De 1 a 5</b>	<b>De 6 a 10</b>	<b>De 10 a 15</b>	<b>Outros</b>
<b>TCU</b>		X		
<b>BCE</b>			X	
<b>IBAMA</b>	X			
<b>MRE</b>	X			
<b>Eletronorte</b>	X			

Os órgãos governamentais ainda sofrem de uma carência muito grande de recursos financeiros que permitiriam a contratação de profissionais qualificados. Principalmente quando se trata de órgãos do poder executivo como, o Ministério das Relações Exteriores, que conta apenas com três profissionais bibliotecários para atender a uma demanda muito maior que a sua capacidade.

### **Questão 5**

A biblioteca possui quantos indexadores/estagiários?

Tabela 10 – Número de indexadores/estagiários

<b>Instituição</b>	<b>De 1 a 5</b>	<b>De 6 a 10</b>	<b>De 10 a 15</b>	<b>Outros</b>
<b>TCU</b>	X			
<b>BCE</b>	X			
<b>IBAMA</b>				Não possui
<b>MRE</b>	X			
<b>Eletronorte</b>	X			

Essa é outra área que necessita de muito investimento por parte das bibliotecas. A maior parte dos bibliotecários acredita que o ônus de treinar um estagiário para a indexação de obras não compensa já que sua passagem pela instituição é curta.

### **Questão 6**

A linguagem documentária está disponível em que suporte de informação?

Tabela 11- Suporte de informação

<b>Instituição</b>	<b>CD-ROM</b>	<b>Impressa</b>	<b>Formato Eletrônico na Web</b>	<b>Outros</b>
<b>TCU</b>			X	
<b>BCE</b>			X	
<b>IBAMA</b>		Impressa	X	
<b>MRE</b>			X	
<b>Eletronorte</b>				Arquivo polf

Acompanhando a tendência atual, a maior parte das bibliotecas disponibiliza suas linguagens documentárias na Web, o que permite ao usuário uma busca mais completa por meio de consultas à linguagem documentária utilizada.



### **Questão 7**

Quantos documentos são indexados por:

Tabela 12- Número de documentos indexados

<b>Instituição</b>	<b>Dia</b>	<b>Semana</b>	<b>Mês</b>	<b>Ano</b>
<b>TCU</b>	9	69	279	3348
<b>BCE</b>	45	225	900	10800
<b>IBAMA</b>	35	174	697	8365
<b>MRE</b>	12	60	240	2640
<b>Eletronorte</b>			50	

### **Questão 8**

A biblioteca possui política de indexação?

Tabela 13 – Política de indexação

<b>Instituição</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Outros</b>
<b>TCU</b>		X	
<b>BCE</b>		X	
<b>IBAMA</b>		X	
<b>MRE</b>		X	
<b>Eletronorte</b>		X	

Apesar de a classe bibliotecária ter consciência da necessidade de uma boa indexação para uma resposta eficiente na hora da busca, pouco tem sido feito no sentido de se desenvolver políticas de indexação. A sua implantação melhoraria a recuperação da informação já que a ausência impede o cumprimento em sua plenitude da tão afamada disseminação da informação, uma vez que, no momento da procura, da informação pelo usuário, a busca não retorna com todas as respostas possíveis.

### **Questão 9**

A política de indexação está disponível em que formatos?

Considerando que nenhum dos órgãos analisados possui uma política de indexação formalizada sugere-se que futuramente venham a definir uma diretriz para a representação de seus documentos.

## **5 Conclusão**

O objetivo do presente estudo é a identificação das linguagens documentárias utilizadas nos órgãos governamentais do Distrito Federal. Os órgãos analisados foram: Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Eletrobrás – Eletronorte, Universidade de Brasília / Biblioteca Central (UnB/BCE) e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

A revisão de literatura confirma a necessidade que os órgãos governamentais possuem de ter em sua estrutura uma biblioteca especializada, voltada para a sua área específica de atuação, para atendimento aos seus usuários potenciais e reais. As linguagens documentárias desempenham um papel fundamental nessa relação, pois por meio dela, podemos permitir que os usuários tenham mais autonomia na busca e recuperação da informação proporcionando, assim, um atendimento de qualidade e com uma agilidade muito maior.

Através da pesquisa de campo foi alcançado o primeiro objetivo específico deste trabalho que era analisar as linguagens documentárias utilizadas em órgãos governamentais no Distrito Federal. Nesse sentido pode-se perceber que apesar de existirem muitas linguagens documentárias desenvolvidas, uma delas se sobressai nessas instituições: o vocabulário controlado está presente em todas as bibliotecas pesquisadas. Atribuímos esse fato ao caráter simples e de fácil uso que o mesmo possui.

Com a revisão de literatura foi atingido o segundo objetivo específico deste trabalho, pois mostramos as linguagens documentárias mais utilizadas e também constatamos como cada uma delas funciona, fazendo uma pequena explanação sobre cada uma delas e identificando suas principais características conceituais.

Uma vez que a necessidade de uma indexação eficiente se comprovou evidente, sugerimos que as bibliotecas dos órgãos governamentais invistam no desenvolvimento de políticas de indexação e até mesmo de novas linguagens documentárias que atendam às necessidades da instituição proporcionando a

recuperação da informação de forma efetiva e uma prestação de serviço mais competente aos seus usuários.

## Referências Bibliográficas

ABNT. **Métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação**. NBR 12676. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

ARAÚJO JUNIOR, Rogério Henrique. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. Cap. 1. p. 19-39.

ASHWORTH, Wilfred. **Manual de bibliotecas especializadas e de serviços informativos**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1967.

BENVENISTE, E. (1989) **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas: Pontes.

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Estudos de avaliação quantitativa e qualitativa de linguagens documentárias: uma síntese bibliográfica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 11, n. 2, p. 267-281, maio/ago. 2006. Disponível em: <[portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/57/131](http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/57/131)>. Acesso em 16 de dezembro de 2011.

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo de avaliação sociocognitiva com protocolo verbal. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 23-51, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/991/770>> Acesso em 17 de dezembro de 2011.

CABRÉ, M. T. (1993) **La terminología: teoría, metodología, aplicaciones**. Barcelona: Antártida.

CARVALHO, Afrânio. Informação e atividades de desenvolvimento científico. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 1991. Disponível em: <

<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1213/853>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2012.

CEZARINO, Maria A. da Nóbrega. Bibliotecas especializadas, centros de documentação, centros de análise da informação: apenas uma questão de terminologia? **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 218-241. Set. 1978.

CINTRA, Ana Maria et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2 ed. São Paulo: Polis, 2002. 92 p. (Coleção Palavra-Chave, 4).

COIMBRA, Fabíola de Luca. **Avaliação da linguagem natural e controlada na recuperação de doutrina jurídica**. 2005. 132 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, FACE - Departamento de Ciência da Informação.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p. 101-07, 1978.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena M. L. **Análise de assunto**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007. 116 p.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesauro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002. 120 p.

FIGUEIREDO, Nice. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 7, n. 1, jan./jun. 1979.

GALVÃO, Maria C. B. Construção de conceitos no campo da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 1, p. 46-52. Jan./abr. 1998.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Elaboração de ementas de atos normativos: elementos de análise documentária como subsídio teórico à técnica legislativa. IN: GUINCHAT, Caire; MENOU, Michel. **Introdução Geral às Ciências e Técnicas da Informação e Documentação**. Brasília, IBICT, 1994.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza leite. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 100-113.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução a Terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004. 223 p.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2 ed. rev. atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LARA, Marilda Lopez Ginez de. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 2, p. 91-96, maio/ago. 2004.

LARA, Marilda Lopez Ginez de. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, v. 16, n. 3, p. 231-240, set./dez. 2004.

LARA, Marilda Lopez Ginez de. **Elementos de terminologia**: apostila para uso didático. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

LARA, Marilda Lopez Ginez de. Novas relações entre terminologia e ciência da informação na perspectiva de um conceito contemporâneo da informação. **Data Grama Zero**, v. 7, n. 4, ago. 2006.

LIMA, Vânia Maria Alves. **Terminologia, comunicação e representação documentária**. Orientador: Tálamo, Maria de Fátima G. M. São Paulo: 1998. 117 p.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – USP/Escola de Comunicação e Artes.

LOPES, Ilza Leite. Uso das linguagens controlada e natural em base de dados: revisão de literatura. **Ciência da Informação**, v.31, n.1, p. 41-52, jan./abr. 2002.

MEDEIROS, Marisa Bräsher Basílio. Terminologia brasileira em ciência da informação. *Ciência da Informação*, v. 15, n. 2, p. 135-142, jul./dez. 1986.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 87-94, jan./abr. 2004.

PASSOS, Edilenice (org). **Informação Jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004. p 9-32.

MENDONÇA, Ercília Severina. A lingüística e a ciência da informação: estudos de uma intersecção. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 3, p. 50-70, set./dez. 2000.

OLIVEIRA, Fábio Abreu Dias de. Processamento de linguagem natural: princípios básicos e a implementação de um analisador sintático de sentenças da língua portuguesa. 2009. Disponível em:  
<<http://www.inf.ufrgs.br/gppd/disc/cmp135/trabs/992/Parser/parser.html>>. Acesso em 20 de dez. 2011.

PEREIRA, Andressa Assis de Carvalho. Representação documentária de informação legislativa. IN: PASSOS, Edilenice (org.) **Informação Jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 153-172.

RONDEAU, G. **Introduction à La terminologie**. Québec: Gaëtan Morin, 1984.

SALASÁRIO, Maria Guilhermina da Cunha. Biblioteca especializada e informação: da teoria conceitual à prática na biblioteca do laboratório de mecânica de precisão –



LMP/UFSC. **Revista ACB**: biblioteconomia em Santa Catarina, v. 5, n. 5, p. 104-119, 2000.

VAN DER LAAN, Regina Helena ; FERREIRA, Glória Isabel Sattamini . Tesauros e Terminologia. In: **Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 19, 2000, Porto Alegre. Anais**. Porto Alegre : ARB, 2000.

VOLPATO, Sílvia Maria Berté; BORENSTEIN, Carlos Raul. A trajetória de uma biblioteca especializada: o caso da biblioteca do curso de pós-graduação em administração da UFSC. **Revista de Ciências da Administração**, v. 2, n. 4, p. 88-97, set. 2000.

WÜSTER, Engen. **Introducción a la Teoría General de la Terminología y a la Lexicografía Terminológica**. Barcelona, Institut Univertari de Lingüística Aplicada /Universitat Pompeu Fabra, 1998.

## Anexo – Questionário

Titulo: Análise das linguagens documentárias utilizadas em órgãos governamentais

1. Qual a linguagem documentária utilizada?

- ☐ a –Lista de descritores
- ☐ b – Cabeçalho de assunto
- ☐ c – Vocabulário controlado
- ☐ d - Thesaurus

2. Qual a data de criação da linguagem documentária utilizada?

- ☐ a – Década de oitenta
- ☐ b – Década de noventa
- ☐ c – Depois de 2000

3. Como é feita a atualização da linguagem documentária e com que frequência?

- ☐ a – A cada seis meses
- ☐ b – Anualmente
- ☐ c – A cada dois anos
- ☐ d- A cada cinco anos

4. A biblioteca possui quantos indexadores/bibliotecários?

- ☐ a – De 1 a 5
- ☐ b – De 6 a 10
- ☐ c – 10 a 15
- ☐ d – Outros\_\_\_\_\_.

5. A biblioteca possui quantos indexadores/estagiários?

- ☐ a – De 1 a 5
- ☐ b – De 6 a 10
- ☐ c – De 10 a 15
- ☐ d – Outros\_\_\_\_\_.

6. A linguagem documentária está disponível em que suporte de informação?

- ☐ a – Cd-Rom
- ☐ b – Impressa
- ☐ c – Formato eletrônico na Web

☐ d – Outros\_\_\_\_\_.

7. Quantos documentos são indexados por:

☐ a – Dia:

☐ b – Semana:

☐ c – Mês:

☐ d – Ano:

8. A biblioteca possui política de indexação?

☐ a – Sim

☐ b – Não

☐ c – Outros\_\_\_\_\_.

9. A política de indexação está disponível em que formatos?

☐ a – Cd-rom

☐ b – Impressa

☐ c – Formato eletrônico na Web

☐ d – Outros\_\_\_\_\_.